



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 259-A, DE 2023

(Do Sr. André Figueiredo)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional e custeadas por fundo criado para tal finalidade; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (relator: DEP. MARCELO QUEIROZ).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
CULTURA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:
- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2023

(Do Sr. ANDRÉ FIGUEIREDO)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional e custeadas por fundo criado para tal finalidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º
.....

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, as relativas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional e custeadas por fundo criado para tal finalidade, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....” (NR).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei Complementar busca alterar a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) para, vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional e custeadas



por fundo criado para tal finalidade, em condições semelhantes às aprovadas recentemente pelo Congresso Nacional para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, por meio da Lei Complementar nº 177, de 2021.

O Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, estabelecido pela Lei nº 11.437, de 2006, desempenha um papel fundamental no fomento e no desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. Seu propósito é prover recursos destinados a viabilizar a produção, distribuição, exibição e comercialização de obras audiovisuais brasileiras. Ao longo dos anos, tem sido um instrumento crucial para impulsionar a cultura, a criatividade e a economia do país, promovendo a diversidade cultural e o acesso à arte audiovisual brasileira.

A restrição de empenho e movimentação financeira das despesas vinculadas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional, provenientes do FSA, pode impactar adversamente a produção e a qualidade das obras audiovisuais brasileiras. Essas limitações podem restringir a capacidade do setor de investir em projetos inovadores, na formação de novos talentos e na criação de conteúdos que promovam a identidade cultural do país.

Em evento realizado no dia 23 de março de 2023, no Theatro Municipal, no Rio de Janeiro, para o lançamento do novo decreto de fomento à cultura, o Ministério da Cultura anunciou investimentos no setor audiovisual brasileiro na ordem de R\$ 1 bilhão¹.

Diante da relevância do setor audiovisual para a cultura e economia nacional, propõe-se a alteração na LRF para excepcionar as despesas provenientes do Fundo Setorial do Audiovisual. Esta mudança visa assegurar que tais recursos não sejam submetidos ao contingenciamento das despesas, garantindo assim a continuidade do fomento à produção audiovisual brasileira e o cumprimento dos objetivos desse fundo.

Em suma, a flexibilização das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal às despesas provenientes do FSA é vital para

¹ <http://pnc.cultura.gov.br/2023/04/11/ancine-divulga-investimentos-de-mais-de-r-1-bilhao-para-o-setor-audiovisual-e-anuncia-novas-aco-es-para-2023/>



preservar e promover a diversidade cultural, a geração de empregos, a inovação e o desenvolvimento econômico e artístico do Brasil por meio do fortalecimento da indústria cinematográfica nacional.

Portanto, pedimos apoio dos nobres pares a fim de ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

2023-21083





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

<https://normas.leg.br/?urn=urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei.complementar%3A2000-05-04%3B101>

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 259, DE 2023

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional e custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Autor: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Relator: Deputado MARCELO QUEIROZ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 259, de 2023, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional e custeadas por fundo criado para tal finalidade.

O projeto foi distribuído à Comissão de Cultura, para análise de mérito, e de Finanças e Tributação, para análise de mérito e de adequação financeira ou orçamentária, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de análise pelo Plenário e seu regime de tramitação é prioridade, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso II, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Complementar nº 259, de 2023, pretende alterar a Lei da Responsabilidade Fiscal, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao financiamento da indústria cinematográfica nacional e custeadas por fundo criado para tal finalidade. A iniciativa visa a garantir o empenho dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que se destina a promover o desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil.

Instituído pela Lei nº 11.437, de 2006, o FSA desempenha um papel fundamental na estruturação e no crescimento contínuo da indústria cinematográfica e audiovisual do País, ao abarcar todos os estágios da produção audiovisual, desde a concepção até a exibição. Essa abordagem abrangente e multifacetada permite não apenas o financiamento de produções audiovisuais, mas também a expansão da infraestrutura de serviços, a promoção da distribuição e comercialização, e o estímulo à cooperação entre os agentes econômicos do ramo.

Concordamos com o autor quando afirma, na justificação do Projeto, que a restrição de empenho e movimentação financeira do FSA pode impactar adversamente a produção e a qualidade das obras audiovisuais brasileiras e restringir a capacidade do setor de investir em projetos inovadores, na formação de novos talentos e na criação de conteúdos que promovam a identidade cultural do País. Por isso, consideramos meritória a iniciativa de alterar a Lei da Responsabilidade Fiscal para vedar o contingenciamento dos recursos do FSA.

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 259, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO QUEIROZ
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 259, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 259/2023, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Marcelo Queiroz.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Aliel Machado - Presidente, Jandira Feghali e Tarcísio Motta - Vice-Presidentes, Alfredinho, Alice Portugal, Benedita da Silva, Capitão Augusto, Defensor Stélio Dener, Douglas Viegas, Lídice da Mata, Marcelo Queiroz, Raimundo Santos, Bia Kicis, Erika Kokay, Flávia Moraes e Nitinho.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2024.

Deputado ALIEL MACHADO
Presidente

